

FEMINISMOS INDÍGENAS: UMA PERSPECTIVA SOBRE A LUTA DE TERRAS NO BRASIL

Briefing PET/TEPP do IRI (Dezembro/2021), *alunas Beatriz Teixeira Martins e Brenda Eloar Maurício*

NÚCLEO DE PESQUISA EM REFÚGIO & DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Refúgio & Desenvolvimento (NPR&D) convergiu as linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio.

Financiado pelo Ministério da Educação (PET) e pela PUC/Rio (TEPP), o Programa de Educação Tutorial do IRI foi criado para promover a formação em pesquisa. Tem como foco a atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais nos amplos campos de mobilidade, desenvolvimento e direitos humanos.

Os briefings são fruto do valioso apoio das bolsas PET e TEPP.

Mais informações em www.pet-iri.com.

Tel.: 3527-1557.

RESUMO

O presente *policy briefing* abordará como as mulheres indígenas se inserem nos debates sobre a demarcação de terras. Para isso observamos como o feminismo comunitário se apresenta dentro dessas comunidades e como impacta na luta individual e coletiva dessas mulheres. Além disso, faremos um apanhado das políticas indigenistas brasileiras desde a Constituição de 1988 até o atual governo – que tem sido marcado por políticas anti-indigenistas. Com isso, traremos quais os avanços já foram alcançados por essas indígenas dentro do campo político e como a relação com a Mãe Terra cria um sentimento íntimo com o território, impulsionando essa luta, uma vez que o indígena se relaciona de maneira harmônica com a terra.

INTRODUÇÃO

A participação de mulheres indígenas no espaço público de discussão política brasileira cresceu nas últimas décadas. Do mesmo modo, a institucionalização de organizações políticas de mulheres indígenas e o próprio debate sobre os direitos dessas mulheres também aumentaram. O papel que desempenham transborda apenas a luta e reivindicações mais gerais dos povos indígenas. Nesse artigo pretendemos analisar como as mulheres indígenas se inserem nos debates sobre demarcações de terras e no desenvolvimento de políticas públicas que versam sobre acesso a esse direito. Dentro de diversos movimentos políticos para resistência, mulheres indígenas de distintas etnias, estão construindo espaços de visibilidade política, incluindo o universo acadêmico (Xacriabá, 2008).

Nas sociedades indígenas, os espaços de discussão que na ótica do Ocidente se divide entre público/privado, não são identificados da mesma forma. Os espaços “públicos” não são exclusivos para assuntos coletivos referentes à aldeia, o espaço “doméstico”, muitas vezes visto como uma esfera privada, dentro da

O PET do IRI/PUC-Rio foi estabelecido em 2013.



organização da sociedade indígena é um local de tomada de decisões não só no âmbito familiar, mas também de políticas que impactam na vida coletiva da aldeia. Nas comunidades indígenas a discussão política e decisões que impactam no bem coletivo também são abordadas dentro do espaço doméstico e com isso, as atividades femininas que geralmente se restringem ao espaço doméstico nessas sociedades ganha uma nova perspectiva, visto que as ações impulsionadas por mulheres indígenas transbordam para o espaço público, uma vez que o caráter doméstico se expande às ações políticas (ORTOLAN, 2012).

Com a maior incidência das relações interétnicas e a supervalorização dos espaços públicos, ocorre um desajuste das relações de gênero dentro desse contexto de troca entre grupos distintos. A aproximação com esses novos grupos não destrói as normas e cosmovisões indígenas, mas as modifica. Para Rita Segato (2012), nessas comunidades existiam uma lógica deliberativa dual, onde um cabeça masculino e uma cabeça feminina pensavam conjuntamente as regras comunitárias. No entanto, com a imposição do modelo político colonial foi estabelecida uma lógica binária, onde o homem possuía agência dentro do ambiente público, enquanto a mulher ficava restrita à esfera doméstica. Com isso, as mulheres indígenas passaram a preocupar-se em reconquistar seu local dentro das esferas públicas, principalmente no que tange às decisões referentes às políticas indígenas. Para essas indígenas que atuam no movimento, é necessário que suas perspectivas estejam presentes nos debates e nas práticas políticas indigenistas, uma vez que são essenciais para pensar os problemas coletivos do povo e para alcançarem soluções satisfatórias com a visão feminina sobre o estímulo ao bem-estar social dessas comunidades (ORTOLAN, 2012). Elas reivindicam os direitos garantidos pelos mecanismos políticos, lutando pela autonomia, autodeterminação e pela demarcação de suas terras.

É preciso, no entanto, destacar que essas mulheres indígenas entendem as especificidades das violências que sofrem, como a violência e o abuso sexual por parte de indivíduos não-indígenas e por indígenas que foram impactados com os pensamentos eurocêntricos, mas reforçam que sua luta está ligada ao movimento indígena e com a defesa da Mãe Terra (LESSA, 2020). A *Pachamama* (Mãe Terra) é um conceito multidimensional que abrange a terra, o tempo, o universo e a própria figura de uma mãe. Ela não possui um corpo físico, não está em nenhum local específico, nem pode ser vista pelos seres humanos. Ela está presente em múltiplas esferas da natureza e do espaço e é isso que a torna fonte da vida. No entanto, a Mãe Terra não é uma entidade sempre generosa e benevolente. Ela também possui um lado doloroso e cruel, conectado à extinção e à morte (FLORES; ECHAZÚ, 2016). A Mãe Terra faz parte das complexas redes de hábitos e espaços que ocupamos nesse universo, para os indígenas ela não é apenas a natureza inanimada, mas um agente dentro das interações humanas e não-humanas.

Nas últimas décadas, a principal solicitação de mulheres indígenas se encontrava no anseio pela participação direta na gerência de projetos indígenas comunitários, ligados à revitalização da cultura indígena e ao desenvolvimento sustentável das comunidades. A luta pela terra e a importância que a natureza possui para essas sociedades, pode ser observada através do “feminismo comunitário”, termo cunhado por Julieta Paredes (2014), - ou feminismos indígenas- que apropriam as próprias experiências de opressão e discriminação vividos por elas para desenvolver novas formas para analisar os conceitos de gênero e de

resistência. Neste feminismo, diferente das sociedades ocidentais, a terra não é um recurso econômico, a *Pachamama*, não é um local que pertence à comunidade, mas que se integra a ela, a natureza e a comunidade coexistem em harmonia.

MÃE TERRA E A COEXISTÊNCIA ENTRE OS SERES

Nas comunidades indígenas, a Mãe Terra é vista para além das abordagens ocidentais que restringe a natureza ao consumo e lucro. Eles possuem outra cosmogonia (ou seja, outros princípios místicos e espiritualizados que explicam o universo), a palavra “natureza” não aparece e, em algumas comunidades, ela nem existe, porque aquilo que conhecemos como “natureza” não é visto como um objeto, mas um sujeito e faz parte da vida em todas as suas formas - humanas e não-humanas. Segundo Ramón Grosfoguel (2016), a noção de natureza é ocidental, eurocêntrica e antropocêntrica, por isso é um conceito problemático uma vez que faz uma separação entre o sujeito (humano) e o objeto (natureza). Nessa divisão o sujeito é aquele que tem vida e tudo o mais é “natureza”, considerados como objetos inerentes. Diferentemente, nas cosmologias não ocidentais, a “natureza” dá lugar ao “cosmos” e todos os seres estão dentro dele como formas de vida interdependentes que coexistem uns com os outros. A lógica racional ocidental e europeia, por muito tempo, atrela todas as dinâmicas da sociedade ao materialismo e aos avanços econômicos. Segundo o autor Dussel, as culturas africanas, latino-americanas e asiáticas são vistas como uma superstição, uma incultura e sinônimo de barbárie, por isso não são incluídas no sistema escolar ou nos meios de comunicação (*apud* ROSA, 2019). Além disso, a lógica racional advoga que o humano é um ser pensante e que por isso toma decisões racionais, age para o seu bem e para garantir sua sobrevivência, ao passo que o objeto e a natureza, são irracionais e, por tanto, não interferem ou agem sobre as relações ou dinâmicas existentes.

Ao reconhecer as cosmologias indígenas, há o reconhecimento da existência de seres além do ser humano, abrindo espaço para que plantas, animais e montanhas sejam compreendidos como agentes dentro desse mundo. Através dessa visão, o conceito de Mãe Terra se estende e abrange as diferentes formas de vida humana e não-humana que existem. Na cultura andina ela é representada pelo termo *Pachamama* e se refere ao tempo ligado à terra, sendo um tempo capaz de curar os males, extinguir alegrias extremas e absorver a vida dos seres no universo (TOLENTINO; OLIVEIRA, 2015). Ao reconhecer as conexões que solidificam as relações entre os seres dentro desse universo, a Mãe Terra se torna um sujeito de poder e direitos. Segundo Sônia Guajajara (2019), uma das maiores lideranças indígenas e ambientais brasileiras, a maior batalha dos povos originários está ligada aos direitos à terra, isso porque essa disputa engloba diferentes atores da sociedade, sendo os mais influentes indivíduos do agronegócio, madeireiras e mineradoras.

Em meio a esse conflito as florestas e os animais são os maiores prejudicados junto às comunidades indígenas que por vezes, tem suas terras invadidas e são forçados a deslocar-se. Nesse cenário, a luta pelo direito ao território sobrepõe a questão física, uma vez que o desmatamento, poluição dos solos e leitos de rios fere não só os seres humanos, mas todos os seres que habitam a terra. Como veremos mais à frente, a relação entre os indígenas e a Mãe Terra é interdependência e para eles uma coexistência harmônica é possível. Para

Guajajara (2019), a Mãe Terra convida esses povos à luta, para defendê-la da destruição que o modelo de desenvolvimento capitalista ocidental provoca.

FEMINISMO COMUNITÁRIO E A LUTA TERRITORIAL

O feminismo comunitário é um movimento concebido pelas escritoras bolivianas, Julieta Paredes e Adriana Guzmán, que absorve as violências e experiências de mulheres indígenas para ressignificar sua luta e suas reivindicações. No livro, “*El tejido de la rebeldía: ¿Qué es el feminismo comunitario?*” (2014), Paredes e Guzmán, o sistema que hierarquiza as relações e as divide entre homens/mulheres é resultado de processos patriarcais que são anteriores à colonização. Isso porque nas sociedades andinas já existia essa divisão, na qual as desigualdades e a hierarquia estavam presentes, no entanto, essa relação não se dava aos moldes contemporâneos e as autoras ressaltam que as mulheres possuíam mais domínio sobre seus corpos e sobre o território que ocupavam.

Dentro dessa corrente de pensamento, ao libertarem as mulheres das opressões e violações de gênero e raça causadas pelo patriarcado, todos os indivíduos, aqui inclusos os homens, seriam igualmente libertos. De acordo com as autoras, a discriminação e outras formas de violência inventadas foram iniciadas utilizando corpos de mulheres; apontam também como na Europa as mulheres foram vítimas de perseguições promovidas durante a inquisição, enquanto no mesmo período, na região andina, as indígenas desempenhavam um papel central dentro da comunidade (PAREDES, GUZMÁN, 2014). A autora Rita Segato (2012) acredita que a colonização foi imprescindível para aumentar as desigualdades que já existiam e resultou no que o feminismo comunitário chama de “entroncamento de patriarcados”, ampliando o machismo que já existia dentro das comunidades indígenas com o machismo dos europeus, trazido no período colonial.

Quando comparamos as diferenças entre as mulheres indígenas *versus* as europeias, observamos que houve uma inversão. As mulheres europeias, atualmente, possuem mais liberdades e direitos civis, ao passo que mulheres indígenas são oprimidas e sofrem com a negação de seus direitos. Para Paredes e Guzmán (2014), isso ocorreu através da junção de processos de patriarcado que favoreceu as europeias em detrimento das indígenas. O feminismo comunitário faz uma crítica direta aos feminismos hegemônicos - reproduzido por mulheres brancas, ou seja, um ativismo que se concentra nas demandas dessas mulheres, deixando de lado outros corpos femininos-, que desejam ensinar às mulheres indígenas como reivindicar seus direitos e como se portar dentro da política e da sociedade. Essa interação, no entanto, não ocorre de maneira sutil, isso porque ao adentrar essas comunidades o pensamento colonial/ocidental violenta a história e os corpos desses povos originários. Além disso, o conjunto de violências possuía um caráter sexual, que produziu a violência de gênero, legitimando a monogamia e impondo a heterossexualidade às mulheres através do casamento segundo os moldes europeus (LESSA, 2020).

Ao criar o feminismo comunitário, Julieta Paredes e Adriana Guzmán, propõem às mulheres indígenas uma luta política com seus corpos e para eles, a categorização e hierarquização por cor e sexo impostas pelo colonialismo, legitimam a exploração de alguns indivíduos em detrimento de outros e com isso, alguns corpos “valem” mais do que outros. A colonização invade os corpos e os territórios, alienando e silenciando

subjetividades e assim como Grosfoguel (2016) aponta, as sociedades capitalista-ocidental dentro das relações de poder objetificam e destroem outras experiências de vida humana e não-humana. Esse objetivo visa o processo de transformar o conhecimento e as formas de existência que estão presentes no ambiente ecológico em objetos a serem instrumentalizados, a fim de explorá-los para benefício próprio, independente das consequências danosas que essa atividade possa gerar. Para contrapor essa prática ocidental, surge o feminismo comunitário, para através da luta conseguirem reconquistar a energia, a espiritualidade, a ancestralidade e o território - seus corpos e a terra. Desse modo, Paredes e Guzmán (2014) pensam o corpo interligado ao território e ele é um local de luta, isso porque ele é um território da *Pachamama* que possui vida e experiências, buscando sua liberdade dentro do universo. A abordagem comunitária propõe que o fazer política parte de diferentes corpos femininos a fim de alcançar diferentes conhecimentos, formas e histórias, partindo de corpos de crianças, anciãs e mulheres lésbicas.

Ao pensar na comunidade, elas não se limitam aquelas indígenas, para Paredes e Guzmán, essa unidade social precisa ser construída a partir de cidades pequenas e grandes, por diferentes grupos de pessoas a fim de recuperar uma interação horizontal para as mulheres, compreendendo também o papel e o espaço da *Pachamama*. A luta das mulheres indígenas traz uma bagagem ancestral, elas não reivindicam apenas seus direitos, mas toda sua cultura e cosmologia, ou seja, elas dialogam com os feminismos, mas possuem particularidades que as tornam feministas comunitárias, não apenas feministas (LESSA, 2020).

A relação que essas mulheres têm com a cultura, seu corpo e o território se diferem das cosmovisões ocidentais. Desse modo, a luta pelo território e pela autonomia de seus corpos está ligada também à recuperação de crenças ancestrais e do senso coletivo, destruídos desde o período colonial e que se mantêm negados pelos valores ocidentais. Em 2014, a ONU Mulheres em parceria com a embaixada da Noruega, criaram uma metodologia de consulta para identificar as demandas e necessidades das mulheres indígenas brasileiras. O coletivo Voz das Mulheres Indígenas, estimula o diálogo entre as comunidades das diferentes regiões do país levantando as pautas que elas possuem. O debate acontece em torno de algumas demandas e incentivando o empoderamento dessas mulheres dentro da esfera política, para que elas sejam capazes de reivindicar seus direitos: à terra, à saúde e a tradição e cultura.

O grande dilema das comunidades indígenas está na garantia a demarcação de suas terras e a invasão de seu território por madeireiras, garimpos e agropecuaristas. Ainda que a Constituição de 1988 tenha ampliado os direitos indígenas, garantindo o direito à educação, cultura própria e legitimando o direito à terra, os conflitos por esses territórios continuam (SILVA, 2013). O movimento indígena reivindica esses direitos que lhe são negados, tanto pelos atores econômicos envolvidos em um conflito mais direto contra as comunidades quanto pelo Estado, que ao invés de assegurar o cumprimento da lei, cria obstáculos que o dificultam. O movimento de mulheres indígenas, portanto, engloba diferentes mecanismos, mobilizando a luta feminista indígena para resgatar a ancestralidade e a auto identificação e utilizá-las como base para

defenderem seus direitos. É a partir desse resgate e luta que as lideranças indígenas femininas passam a ganhar espaço dentro dos movimentos políticos e da própria política brasileira.

A narrativa indígena e a ancestralidade

Segundo o censo feito IBGE, em 2010, existem aproximadamente 305 etnias indígenas distintas, cerca de 270 línguas e eles representam cerca de 0,47% da população brasileira. Embora seja uma porcentagem baixa frente ao número total de brasileiros, esses números mostram a diversidade de línguas, histórias, culturas e crenças que existem e são representadas por essas etnias. As cosmologias indígenas são passadas de geração em geração e, por meio da ancestralidade a tradição desses povos é passada através da oralidade. Segundo o autor Munduruku (2017), o dono da palavra a ser passada é ancião, o sábio, ou seja, os mais velhos possuem a tarefa de ensinar as crianças as crenças e histórias, explicando a importância e a relação que existe entre o povo e a terra. Para que assim, os pequenos consigam criar os vínculos com a Mãe Terra e criar uma sintonia com ela, para protegê-la, cuidá-la e serem respeitosos. A ancestralidade é a ponte pela qual os indígenas conseguem acessar suas histórias, ensinamentos práticos e espirituais, as tradições são resultado das experiências cotidianas e da interação que eles possuem com a natureza (da Silva, 2020). Para a autora indígena Eliane Potiguara, que em seu livro “A Cura da Terra” (2015), apresenta a relação entre Moína e sua avó, a anciã. A narrativa nos apresenta um diálogo entre as duas, a anciã passava seus conhecimentos e experiências através da oralidade. Nesse ponto, a autora mostra que não só os homens são incumbidos de repassar as tradições, por meio desse conto Potiguara mostra a agência feminina dentro da manutenção da cultura indígena. Uma narrativa indígena onde as mulheres são as protagonistas e com isso, inspirando outras e mostrando que elas podem alcançar espaços que a princípio pareciam ser próprios somente a corpos masculinos.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ATÉ O GOVERNO BOLSONARO 2018-ATUAL

A constituição de 1988 representa um grande marco na luta por direitos indígenas, diferentemente do Estatuto do Índio (Lei 6.001) de 1973 que defendia a “integração” dos indígenas à sociedade, garantindo em seu texto o respeito e proteção às culturas desta população. No capítulo “Dos índios” na parte VIII, “Da ordem social, é possível ler a seguinte citação: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Além disso, no texto constitucional também foi eliminado o conceito de tutela, permitindo que eles possam aproveitar suas terras de forma plena ao legislar a necessidade de consulta prévia para o uso dos recursos dessas terras. Traçando assim, um novo quadro jurídico sobre a relação entre Estado e comunidades indígenas, visando um maior respeito a suas culturas, formas de proteção e crenças.

A demarcação de terras indígenas é responsabilidade do órgão Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criado em 1967 após a extinção do Serviço de Proteção ao Índio (criado em 1910) depois de diversas polêmicas como acusações de genocídio, ineficiência e corrupção. A criação se deu na época da ditadura militar que tinha como projeto político o maior “desenvolvimento” e expansão do país com a construção de hidrelétricas, mineração e rodovias. Os planos do governo iam de encontro diretamente com o bem-estar e proteção dos direitos das comunidades indígenas, de forma que esse período foi marcado pela negligência às pautas indígenas e diversas violações. Porém, com a Constituição de 88 e o Decreto n.º 1.775/96, se muda a maneira

como as políticas indigenistas são trabalhadas, de forma que a FUNAI se torna responsável pela proteção dos direitos territoriais e culturais.

Apesar da Constituição ter se mostrado como um avanço nas questões indígenas, logo no começo dos anos 90 começaram a contestar as conquistas alcançadas. Mais de duzentas emendas constitucionais que ameaçavam os direitos indígenas foram promulgadas (MACHADO, 2015, pág. 47). Isso se dá, novamente, pelos interesses econômicos voltados para os recursos das terras indígenas. Além disso, houve uma negligência com a demarcação das terras, não sendo cumpridas em 5 anos como foi legislado.

Durante o governo Collor, de forma a mostrar à mídia que medidas estavam sendo tomadas para resolver assuntos como exploração e invasão de terras e assassinatos de indígenas, foram criadas comissões interministeriais para a criação de um novo Estatuto do Índio visto que as políticas indigenistas (apesar da Constituição) ainda se baseavam nos preâmbulos deste estatuto. Após diversas polêmicas e discussões e eventualmente uma participação importante de organizações indígenas, foi aprovado o “Estatuto das Sociedades Indígenas”. Os acordos fechados durante a Eco-92 voltados para o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) levaram à homologação de 112 terras indígenas durante o governo Collor. Nos anos subsequentes, foram homologadas 16 terras indígenas durante o governo de Itamar Franco e 30 terras indígenas no governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo de FHC também foi aprovado o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que promoveram investimento na demarcação de terras e a possibilidade da utilização de línguas indígenas no ensino escolar respectivamente.

Em 2002, foi aprovado o Novo Código Civil em que os índios deixaram de ser considerados “relativamente incapazes” e no fim do governo de FHC foi aprovada e ratificada a adesão do país à Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dois atos mostram uma política mais condizente com o legislado na Constituição ao afirmar os indígenas como detentores de direitos e deveres e a necessidade de consulta por parte do Estado aos povos antes de executar projetos em territórios indígenas.

O governo Lula se iniciou com uma grande expectativa pela sociedade civil por uma confiança na maior atenção a pautas sociais, porém, como dito pelo vice-presidente do Cimi em 2010, Roberto Antonio Liebgott, o “governo Lula quebrou um pouco as expectativas do movimento indígena”. Como apontado pelo CIMI, entre 2003 e 2010 foram homologadas 80 terras indígenas, com uma área (em hectares) menor do que os dois governos anteriores. Outro dado alarmante foi a extrema violência contra os povos indígenas durante esse período. Apesar de iniciativas como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, o Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas e a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, o governo Lula foi marcado pela decepção da sociedade civil ao se notar um retrocesso no processo de demarcação de terras que se deu, em grande parte, pela relação entre o poder executivo e os grandes latifundiários.

Entre 2011 e 2016, o governo Dilma seguiu o caminho estabelecido pelo governo petista anterior, com 21 terras sendo homologadas neste período de tempo -um número inferior a outros governos. Apesar de outros avanços terem sido vistos, como a lei de cotas, o Programa Bolsa Permanência (em parceria com a FUNAI) e o Conselho Nacional de Política Indigenista, os governos Dilma foram marcados por embates com as populações indígenas e ribeirinhas. Um caso emblemático foi a construção da hidrelétrica de Belo Monte [atualmente passando por uma crise energética em que ela opera com meia turbina (CNN, 2021)].

A situação apenas piorou com o impeachment e a subsequente posse de Michel Temer. Seu governo foi marcado por desavenças com movimentos da sociedade civil sobre o comando da FUNAI em que o presidente desejava colocar um militar, além de não ter feito nenhuma política pública em prol desses povos. Em seu governo se iniciou o desmantelamento das políticas indigenistas. Mesmo com as dificuldades e falta de apoio político, os anos de 2016 e 2017 foram marcados por diversos protestos de lideranças indígenas, destacando-se aqui a conquista de mulheres indígenas a organizar uma plenária no Acampamento Terra Livre -o principal encontro político das lideranças indígenas. A bancada do agronegócio se mostrou extremamente forte durante esse governo, chegando a tentar legislar projetos de lei em que seria necessário a aprovação do Congresso para a homologação das terras indígenas. O projeto não foi aprovado, mas fez pressão suficiente no governo, de modo que apenas 1 terra indígena foi homologada.

O governo atual de Bolsonaro desde o início defende pautas anti-indigenistas. Desde as promessas eleitorais, o atual presidente dizia que não somente não demarcaria mais nenhuma terra, como também iria tentar diminuir as já existentes. Assim, desde 2018, nenhuma terra indígena [das 248 em análise (BBC, 2020)] foi demarcada, além de uma luta constante do presidente de tentar tirar a função de demarcação de terras da FUNAI. Com suas tentativas frustradas, o presidente nomeia como presidente da FUNAI o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, acusado de contribuir para o interesse do agronegócio ao descumprir acordo para demarcação de seis decisões, sem justificativa razoável, de terras dos povos munduruku e apiaká. Atualmente Xavier é réu pelo Ministério Público Federal após esse caso.

Além disso, o presidente também é conhecido pela defesa da integração desses povos à sociedade, entendendo-os como “homens da caverna” em seu discurso na ONU em 2019, indo em direção contrária à Constituição de 88 que adotou o respeito às culturas indígenas. O presidente possui uma postura mais parecida com a do Estatuto do Índio de 1973. O governo Bolsonaro tem como objetivo o total desmantelamento das políticas indigenistas, defendendo o fim das terras indígenas. Somente no primeiro ano de governo houve um aumento de 135% de invasões em terras indígenas (CIMI, 2019), com o presidente reforçando a liberação de atividades como garimpo, queimadas e agropecuária nas terras, tanto em seu discurso quanto em políticas. Entre suas ações estão: a Medida Provisória 897 que criou facilidades para acesso a crédito e financiamento de dívidas de grandes produtores rurais e vetou para a agricultura familiar, a MP de 870 que retirou da Funai de suas funções de delimitação das terras indígenas e em estudos de identificação -derrotada no Supremo Tribunal Federal-, a flexibilização no marco legal de licenciamento ambiental (o que permite

empreendimentos de infraestrutura, mineração e agronegócio, de forma a causar impacto ambiental e risco à saúde de indígenas), a recusa em demarcar terras indígenas e um projeto que permitiria garimpo em área indígena. Bolsonaro também se orgulhou de divulgar em evento a investidores na Arábia Saudita que potencializou as queimadas na Amazônia por novas políticas e incentivou, junto a Funai, indígenas a pedir por agronegócio em reunião.

O maior tema do embate atual é o Marco Temporal, a PL 490/2007, após ter sido colocada em votação no STF em setembro de 2021 e atualmente adiada por tempo indeterminado, mas que possui certa força desde 2017. O Marco Temporal prevê que somente seriam terras indígenas aquelas que foram ocupadas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Isso contraria a visão atual de que os povos indígenas são os povos originários por estarem aqui antes da criação do Estado. Além disso, a PL também ignora os povos que foram expulsos de suas terras e a conexão religiosa e cultural que diversos povos têm em relação a suas terras. Além disso, o projeto proibiria a ampliação de terras já demarcadas e o processo de aprovação passaria a ser do Congresso Nacional e não mais do executivo.

Foi somente com a mobilização de diversos grupos indígenas que a votação foi adiada, com diversos acampamentos e protestos acontecendo em Brasília em setembro de 2021. As mulheres indígenas se destacaram durante esse tempo, com a mobilização de milhares de mulheres de mais de 170 etnias diferentes nos acampamentos e a realização da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. A luta feminista indígena se mostra mais necessária do que nunca para a defesa de seus direitos à terra.

LUTA FEMINISTA INDÍGENA E A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS

Os movimentos feministas indígenas (aqui usado no plural pela riqueza de ideias e divergências) ganharam força por volta dos anos 70 no Brasil, apesar de ainda não serem espaços institucionalizados. Houve uma luta para identificar a presença das mulheres em espaços de resistência indígena, além do preconceito há também o machismo presente. “A história de luta das mulheres indígenas, no geral, é silenciada pela historiografia. A recuperação histórica de ações dessas lideranças em lugares onde se pressupunha apenas a existência de homens ainda é incipiente” (MONTEIRO, 2018, pág. 113). Em 2000 houve a primeira demanda de um espaço institucionalizado e específico para as demandas dessas mulheres na Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em Santarém. Atualmente essas lideranças são mais institucionalizadas e organizadas, além de terem conseguido alcançar mais voz na política nacional ao falar de temas pertinentes a suas preocupações (como o aumento de violência doméstica e sexual nas aldeias) e a dos grupos indígenas ao todo, como o direito à terra.

A questão do desmatamento e do acesso aos alimentos é particularmente sensível para as mulheres indígenas, uma vez que elas são em grande maioria as responsáveis por cuidar da alimentação. O modo de produção capitalista atual que acelera o aquecimento global cada vez mais representa um perigo para esses povos, além de questões como garimpo e mineração. Além do envenenamento de rios por mercúrio tóxico pelo garimpo, as mulheres indígenas ainda precisam cuidar dos adoecidos e sofrem os riscos de sequestros e

estupros pelos garimpeiros. Demarcar as terras é uma segurança a mais à integridade da mulher indígena, protegendo-as da violência por parte de homens que muitas vezes as veem de forma inferior. "Nosso território é onde nosso corpo está, por isso, precisamos protegê-los" (KAINGANG, 2021).

A candidatura de Sônia Guajajara para presidência representou um marco na articulação feminista indígena, um novo momento após anos de desobediência civil, apesar de não ter vencido. Ela nasceu na Terra Indígena de Araribóia e aos 15 anos saiu de casa por convite da Funai para estudar em Minas Gerais, sendo atualmente mestre em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Além de seu papel importante na resistência indígena, em 2001 ela já havia participado da importante pós-Conferência da Marcha Indígena -o primeiro evento nacional indígena- para discutir o Estatuto dos Povos Indígenas, ela também é professora do ensino fundamental e auxiliar de enfermagem. É possível encontrá-la nas redes sociais com o *user* de @GuajajaraSonia. Guajajara possui um longo histórico de atuação política, como a entrega do prêmio Motosserra de Ouro para a senadora Kátia Abreu, a coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a presença na Conferência do Clima em 2015. Guajajara também foi uma das organizadoras da I Marcha das Mulheres Indígenas, a primeira do mundo e um exemplo internacional.

Fizemos a marcha para mostrar que estamos juntos, que queremos lutar junto, e que não íamos aguentar de forma alguma, silenciada, essa política genocida do governo Bolsonaro. A marcha foi uma reação a todo esse retrocesso e esse fascismo instalado (GUAJAJARA, Sônia apud MARKO, Katia; REINHOLZ, Fabiana, 2020)

Outra figura importante do movimento é Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal por Roraima, em 2019. Ela é da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, o segundo maior povoado de Roraima. Formada em direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e com o mestrado na Universidade do Arizona (EUA) com uma bolsa da Fundação *Fulbright*, passando a atuar em defesa das comunidades indígenas por meio de assessoria jurídica do Conselho Indígena de Roraima com atuação em espaços como o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho Nacional de Biodiversidade. Antes mesmo de ser eleita, ganhou o prêmio *Reebok* (concedido a ativistas do meio ambiente), o Prêmio de Direitos Humanos da ONU e o Título de Ordem de Mérito cultural, o reconhecimento como Empreendedora Social Ashoka, participou das discussões sobre a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, coordenou o Projeto Balcão da Cidadania com o objetivo de levar documentos civis básicos aos indígenas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Em 2008 também foi a primeira indígena advogada a fazer uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal com o caso bem-sucedido da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A causa foi ganha e teve repercussão internacional, entre outros atos importantes.

Em frente ao seu gabinete há a frase "Dizem que a terra dos Yanomami é muito grande e tem poucos índios. Mas esses poucos índios protegem o planeta inteiro" (GORTAZAR, Naiara, 2019). Ela se apresenta como uma forte oposição às políticas anti-indigenistas, apresentando um modelo de desenvolvimento sustentável com foco nos direitos humanos e sendo a Líder do seu partido, vice da Oposição e coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. Ela também foi uma das vozes pedindo

a destituição do então ministro Ricardo Salles durante a crise das queimadas na Amazônia. É possível encontrá-la nas redes sociais com o *user* de @JoeniaWapichana e em seu [Site](#).

Aqui iremos destacar a II Marcha das Mulheres Indígenas realizada entre 7 e 11 de setembro de 2021. No contexto da votação pelo Marco Temporal e uma tentativa de intimidação por parte do presidente e seus apoiadores no dia da independência, milhares de mulheres indígenas de 172 povos diferentes se reuniram para protestar e demandar seus direitos. Entre reivindicações de seus direitos, o acampamento foi uma maneira única de observar as rezas, cantos e ritos tradicionais de várias etnias, além da oportunidade de ouvir os discursos de algumas das lideranças indígenas mais importantes atualmente. No Manifesto da Marcha foi anunciado:

Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo (MOURA, Anne, 2021)

Para além da política, é necessário também trazer exemplos de mulheres indígenas que atuam como resistência por outros meios, como a arte. Entre tantas mulheres renomadas, escolher as que falaremos aqui foi um trabalho difícil. Uma delas é Arissana Pataxó, professora em escola indígena desde jovem com aulas de arte e o ensino de patxohã (língua originária do povo Pataxó, graduada em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e mestra em Estudos Étnicos e Africanos e doutoranda em Artes Visuais também pela UFBA. Ela ganhou o Prêmio PIPA em 2016, uma das principais premiações de arte contemporânea do país. É possível encontrá-la em seu [site](#).

“Eu penso que a educação escolar foi uma luta dos indígenas mais velhos que reivindicaram a chegada da escola na aldeia por acreditarem que o acesso ao conhecimento, à leitura e à escrita poderiam ajudar na luta. Sou fruto dessa luta que os mais velhos acreditaram. E não só eu, outros professores e estudantes indígenas também são frutos dessa luta coletiva. Lutamos pela garantia do território e fortalecimento da cultura Pataxó – da identidade do nosso povo”. (Pataxó em entrevista a RACHIO, 2020)



(imagem retirada de seu [site](#))

Outra mulher memorável é a ativista indígena da etnia boe, mãe e bissexual, Katú Mirim. Ela é muito ativa nas redes sociais, como pelo seu [Instagram](#), além de cantora. Nas suas músicas ela relata suas vivências, ressalta a importância de entender sua ancestralidade e critica a política brasileira. “Quando eu nasci eles já queriam ver o meu corpo enterrado” ela canta em sua música “A Busca”. Além disso, Mirim também é a criadora do portal [Visibilidade Indígena](#) e criadora da *tag* #Indigenasjobs com o intuito de facilitar a entrada no mercado de trabalho.

É importante lembrar que apesar das lutas feministas serem imprescindíveis para o avanço dos direitos à terra, também é necessário mudar a maneira como se pensa os povos originários. É importante que mulheres indígenas consigam ver suas semelhantes em posições de poder. Por muito tempo mulheres indígenas não eram consideradas detentoras de direitos, apesar de atualmente termos a deputada Joenia Wapichana na Câmara Federal, ainda é insuficiente para atender todas as demandas e diversos grupos existentes. Para garantir um avanço nas pautas indigenistas é necessária uma maior representação desses grupos na política.

CONCLUSÃO

A história indígena brasileira é marcada por genocídio, violências e invasão de terras. Desde a colonização os indígenas precisam lutar pelo direito ao acesso de terras que são deles por direito, os povos originários. Na luta pelo direito à terra, as mulheres indígenas são particularmente um dos grupos mais vulneráveis. São elas que em sua maioria são responsáveis pelo cultivo e alimentação da tribo e a proteção das suas terras é a proteção de seus corpos de violências como sequestros e estupros por parte de invasores como os garimpeiros. Além disso, a violência está ligada à defesa da Mãe Terra. O entendimento de terra por parte da teoria dos feminismos comunitários entende a terra de forma especial uma vez que ela está ligada a seus modos de vida, cultura e crenças.

A luta indígena se mostra necessária em todos os momentos para garantir que os direitos em teoria na Constituição e leis sejam efetivamente colocados em prática. Desde os anos 70 é possível ver a luta das mulheres indígenas para terem suas lutas validadas e terem maior agência e participação em políticas públicas. Com o tempo, os movimentos apenas se fortaleceram e ganharam espaços institucionalizados, se tornando umas das principais vozes no movimento indígena.

Atualmente vemos um retrocesso enorme por parte do governo que tem como pauta o desmantelamento de políticas indigenistas conquistadas ao longo dos anos. Em uma época em que os direitos indígenas estão tão ameaçados, as lideranças feministas se encontram bem articuladas e fortes. Um dos exemplos foi a criação do aplicativo “Alerta Indígena” para ajudar a amenizar a subnotificação de indígenas infectados e mortos. A política atual é uma política de institucionalização da violência aos povos indígenas usando meios como a ameaça da não demarcação, legalização de mineradoras nas terras indígenas e a falta de incentivos e políticas públicas. Apesar da violência do governo e de grupos de interesse, a resistência indígena se mantém forte, com a realização de acampamentos, marchas e palestras.

Entretanto, a participação dos movimentos feministas indígenas como sociedade civil não é mais o suficiente para garantir os direitos à terra desses povos. É necessária uma maior participação de lideranças feministas na política do país para garantir uma maior participação e avanço nas políticas indigenistas. É importante procurar quem são essas lideranças, incentivar sua participação política e votar nessas mulheres para garantir novas representações desses povos. Além disso, entre as atividades de apoio possíveis estão o incentivo ao comprar artesanatos de povos indígenas, doar para iniciativas que buscam ajudar o sustento nas aldeias (principalmente em função da COVID-19), conhecer os diferentes povos indígenas e a ouvir o que eles

dizem e propõem. Ser um verdadeiro aliado é conhecer as particularidades das suas culturas e suas lutas, entender e respeitar a diversidade de cada povo e a buscar maneiras de apoiá-los para além dos períodos de votação, de forma que criamos a tabela abaixo com algumas iniciativas importantes. Como dito pela líder indígena, Sandriane Lourenço, do povo Pankará de serrote dos Campos/Itacuruba em entrevista a nós:

“A sociedade civil precisa ouvir mais os povos tradicionais. Ela precisa da abertura as está sempre em contato e conversa com este povos que de fato vivem e atizam o bem viver com A mãe terra. As mulheres mães das mães e dos pais são uma das principais enfrentantes de todo e qualquer movimento. Onde a mulher não estiver a frente ela está ao lado ou por trás de cada decisão dada por um homem. Muitas vezes na hora do descanso ou sono elas e que orientam seus parceiro e fica ali apenas nos segredos da noite a decisão importante das lutas feitas e orientadas por mulheres” (LOURENÇO, 2021).

SITES, ARTE E CANAIS DE COMUNICAÇÃO		COMO AJUDAR? INICIATIVAS E CAMPANHAS	
Povos Indígenas no Brasil	Site criado com o propósito de reunir verbetes com informações e análises de todos os povos indígenas que habitam o território nacional, além de textos, tabelas, gráficos, mapas, listas, fotografias e notícias sobre a realidade desses povos e seus territórios.	Kabu Solidário	Vakinha online criada pelo Instituto Kabu, organização criada pelos indígenas, que atua realizando campanhas educativas para estimular a vacinação e possui projetos que garantem a segurança alimentar nas aldeias.
Projeto Vídeo nas Aldeias	Site com uma série de vídeos intitulados “Índios no Brasil”, além de notícias, oficinas e uma videoteca com diversas filmagens que retratam o cotidiano na aldeia.	Fica em Casa Parente	Campanha de lideranças indígenas do Sul, para arrecadação de capital para compra de itens da alimentação tradicional indígena, sementes nativas, alimentos não perecíveis, produtos de higiene e limpeza, nesse período de pandemia.
Mídia Índia	Organização sem fins lucrativos que tem por objetivo levar a voz dos povos indígenas para o mundo, comunicando para lutar e demarcar.	Povos da Amazônia	Iniciativa para doar cestas básicas para as aldeias de diversos povos que habitam a Amazônia.
Tucum Brasil	Promove a valorização das artes dos Povos Indígenas e acredita que a resistência desses povos se materializa na arte, no artesanato. Cada cesto, pulseira e pintura carrega consigo esta história.	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	Vakinha online organizada pela APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, com o valor arrecadado serão comprados alimentos, remédios e material de higiene para as aldeias.
Bolorie Umutina	A loja apresenta artefatos da cultura Umutina, como ornamentos, utensílios e artigos de decoração feitas por artesãos do povo Balatiponé-Umutina .	Kamuri	Criada em 2006, a Kamuri é uma associação sem fins lucrativos que realiza ações ambientais, culturais e educacionais junto às comunidades indígenas.
Fuchic Brasil	A FUCHIC conta com artesãos, grupos produtivos, associações e cooperativas, que detêm o conhecimento e os saberes das técnicas artesanais tradicionais e do manejo sustentável da matéria-prima.	COVID-19 e os Povos Indígenas	A Plataforma Socioambiental criou um banco de iniciativas para ajudar povos indígenas no contexto da pandemia

Referências

ENTREVISTA: Sandriane Pankará. Entrevista concedida à Beatriz Martins e Brenda Eloar. 21 nov. 2021.

Sandriane Lourenço é líder jovem do povo indígena Pankará, localizado no território do Serrote dos Campos. Ela é professora, coordenadora da Organização da Juventude Indígena Pankará (OJIPA) e articuladora da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE). Sandriane atualmente está lidando com a questão da demarcação do território e faz parte do grupo de enfrentamento à projetos de construções de usinas na região de seu povoamento.

AMARAL, Luciana. Bolsonaro diz que 'potencializou' queimadas por nova política para Amazônia. **UOL**, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/30/bolsonaro-diz-que-potencializou-queimadas-por-nova-politica-para-amazonia.htm>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

ANGELO, Maurício. Em reunião, Bolsonaro e Funai incentivam indígenas a pedir por agronegócio. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/04/03/em-reuniao-bolsonaro-e-funai-incentivam-indigenas-a-pedir-por-agronegocio.htm>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021

ARAGÃO, Tainá. Estudo revela contaminação por mercúrio de 100% dos Munduruku do Rio Tapajós. **Amazônia Real**, 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/estudo-revela-contaminacao-por-mercurio-de-100-dos-munduruku-do-rio-tapajos/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ. **Povos da Amazônia**, 2020, ajuda aos povos originários no contexto da pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://www.povosdaamazonia.com/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

BALATIPONÉ-UMUTINA. **Bolorie Umutina**, venda de biojoias produzidas pelo povo Balatiponé-Umutina. Disponível em: <<https://bolorieumutina.com.br/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021

BENITES, Afonso. Bolsonaro anuncia projeto que permite garimpo em área indígena e sugere “confinar ambientalistas”. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-05/bolsonaro-anuncia-projeto-que-permite-garimpo-em-area-indigena-e-sugere-confinar-ambientalistas.html>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

CIMI, Ascom. Bolsonaro incentiva queimadas ao dar “sinal de impunidade para a prática de crimes ambientais”, afirmam organizações. **Conselho Indigenista Missionário**, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/08/bolsonaro-incentiva-queimadas-ao-dar-sinal-de-impunidade-para-a-pratica-de-crimes-ambientais-afirmam-organizacoes/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

CIMI. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2018

da Silva, J. A., y C. R. Delácio Fernandes. **Reflexões Atuais da Ancestralidade nos Escritos de Potiguará**. *Tenso Diagonal*, n.º 10, 2020.

Documento Final Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Brasília – DF, 09 a 14 de agosto de 2019.

ESSER, Gabriel Antonio. Qual a situação das terras indígenas no Brasil? **Politize**, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/qual-a-situacao-das-terras-indigenas-no-brasil/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

FLORES, Maria Eugenia; ECHAZÚ, Ana Gretel. **A coca e os direitos da Mãe Terra: Uma ontologia latino-americana.** ACENO, Vol. 3, N. 6, p. 280-297. 2016.

GUAJAJARA, S. —A gente vai pra luta, porque a terra chama: entrevista com Sônia Guajajara, liderança feminina indígena brasileira. Revista Amazonas. Disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/2019/03/13/a-gente-vai-pra-luta-porque-aterra-chama-entrevista-com-sonia-guajajara-lideranca-feminina-indigena-brasileira/>. Acesso em 22 out 2021.

GONZALEZ, Mariana. Protagonismo e demarcação de terra: pelo que lutam as mulheres indígenas. UOL, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/19/protagonismo-e-demarcacao-de-terras-pelo-que-lutam-as-mulheres-indigenas.htm>. Acesso em: 15 de novembro de 2021

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Joênia Wapichana, a voz indígena no Congresso em meio à crise na Amazônia. El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/30/politica/1567157851_858431.html>. Acesso em: 19 de novembro de 2021

GROSGOUEL, Ramón (2016) “Del ‘extractivismo económico’ al ‘extractivismo epistémico’ y ‘extractivismo ontológico’”. Tabula Rasa, 24 (enero-junio), pp. 123-143.

KAMURI. **Kamuri**, 2021, associação sem fins lucrativos que tem como objetivo ações socioambientais, educacionais e educacionais. Disponível em: <<https://kamuri.org.br/kamuri/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

KIPNIS, Beatriz. Povos Indígenas: linhas do tempo. **Fundação Fernando Henrique Cardoso**, 2021. Disponível em: <https://linhasdotempo.fundacaofhc.org.br/questao-indigena/>. Acesso em: 20 de novembro de 2021

LESSA, Luma. **Amansando o empoderamento: a mobilização das mulheres indígenas no Brasil indigenizando o debate sobre o gênero**, 2020. 252 f. Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

MACHADO, Marjori de Souza. **Terras Indígenas no Brasil: Estudo sobre os processos demarcatórios nos governos Lula e Dilma.** Dissertação. Florianópolis, 2015.

MARTHA, Raquel. Ameaças, estupros e prostituição: os impactos do garimpo ilegal para as mulheres. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/02/ameacas-estupros-e-prostituicao-os-impactos-do-garimpo-ilegal-para-as-mulheres>>. Acesso em: 16 de novembro de 2021

MELO, Jo. 5 mulheres indígenas, artistas e mães pra você acompanhar. **Mães que Escrevem**, 2021. Disponível em: <<https://maesqueescrevem.com.br/5-mulheres-indigenas-artistas-e-maes-para-voce-acompanhar/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

MIRIM, Katú. **A Busca**. Março de 2021. 1 vídeo (3 minutos e 36 segundos). Publicado por Katú Mirim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=arOX7N8HIYg>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021

MOURA, Anne. A luta das mulheres indígenas é legítima e devemos reconhecer sua importância. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/21/a-luta-das-mulheres-indigenas-e-legitima-e-devemos-reconhecer-sua-importancia>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021

MUNDURUKU, Daniel. “**A escrita e a autoria fortalecendo a identidade.**” Povos indígenas no Brasil. 2017.

NOVE atitudes para apoiar a cultura e direitos dos Povos Indígenas. **Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor**, 2021. Disponível em: <<https://idec.org.br/dicas-e-direitos/9-atitudes-para-celebrar-o-dia-do-indio-e-ajudar-sua-cultura-e-direitos>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural. **Vídeo nas Aldeias**, 2009, plataforma de vídeos para conhecer os povos Indígenas. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. **Mulheres no movimento indígena**: do espaço de complementaridade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. Gênero e povos indígenas. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012.

PAPO DE ÍNDIO. **Papo de Índio**: gênero, diversidade e sexualidade indígena em foco, 2013, rede voltada para divulgar a opinião de jovens indígenas sobre diversas pautas que os afetam. Disponível em: <https://web.facebook.com/PapodeIndioOficial/?ref=page_internal>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

PAREDES, J.; GUZMÁN, A. **El tejido de la rebeldía**: ¿Qué es el feminismo comunitario?. Comunidad Mujeres Creando Comunidad, La paz, abril 2014.

PATAXÓ, Arissana. Maratona de Arte Indígena. Arissana Pataxó. 2 de maio de 2019. Disponível em: <<http://arissanapataxo.blogspot.com>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

POVOS indígenas no Brasil. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Página_principal>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

POR uma luta mais diversa: indígenas LGBTQIA+. **Braziliando**, 2021. Disponível em: <<https://braziliando.com/pt/2021/07/02/indigenas-lgbtqia/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021

PRESIDENTE da Funai vira réu por descumprir acordo para demarcação de terras indígenas. **Instituto Socioambiental**, 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/presidente-da-funai-vira-reu-por-descumprir-acordo-para-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

RACHID, Laura. Conheça a luta de seis mulheres indígenas inspiradoras. **Revista Educação**, 2020. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2020/03/08/mulheres-indigenas-inspiradoras/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

ROSA, Luís Carlos Dalla. **Bem viver e terra sem males**: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. Educação (Porto Alegre), v. 42, n. 2, p. 298-307, 2019.

SAIBA como ajudar indígenas e povos da floresta no combate ao coronavírus. **Instituto Socioambiental**, 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/saiba-como-ajudar-indigenas-e-povos-da-floresta-no-combate-ao-coronavirus>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Bolsonaro veta socorro para pequenos produtores, mas libera benesses para o 'agro'. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/29/bolsonaro-veta-beneficio-para-pequenos-produtores-mas-libera-benesses-para-o-agro>>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

SEGATO, R. L. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário descolonial. E-Cadernos CES, Coimbra, v. 18, p. 106-131. 2012.

SILVA, L. G. da. (2013). **A luta pela terra, a luta pela vida**: a interveniência das Políticas Públicas no Território do Povo Indígena Tapuia em Goiás - DOI 10.5216/ag.v7i3.9223. *Ateliê Geográfico*, 7(3), 164–187. <https://doi.org/10.5216/ag.v7i3.9223>.

TOLENTINO, Zelma Tomaz; OLIVEIRA, Liziane Paixão. **Pachamama e o Direito à vida**: uma reflexão na perspectiva do novo Constitucionalismo latino-americano. Veredas do Direito, Belo Horizonte, p.313-335. 2015.

VISIBILIDADE INDÍGENA. **Visibilidade Indígena**, 2017, organização voltada para a divulgação de pautas indígenas. Disponível em: <<https://www.visibilidadeindigena.com>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

WAPICHANA, Joenia. **Joenia Wapichana**, 2021, site sobre a parlamentar. Disponível em: <<https://www.joeniawapichana.com.br>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

ZARPELON, Maria Cecília. Campanha ‘Fica em Casa Parente’ ajuda aldeias indígenas do PR durante a pandemia; saiba como ajudar. **Curitiba Plural**, 2021. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/campanha-fica-em-casa-parente-ajuda-aldeias-indigenas-do-pr-durante-a-pandemia-saiba-como-ajudar/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.